

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCII • Nº 89

Ministério Público Estadual

Recife, sábado, 16 de maio de 2015

MPPE discute políticas públicas e segurança da população LGBT

Audiência reforça a necessidade do Estado de Pernambuco avançar na questão da legislação

Com vistas a discutir a situação das políticas públicas para a população de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans (LGBT), o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) participou, na quinta-feira (14), de audiência pública realizada na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe).

O 8º promotor de Justiça Maxwell Vignoli destacou que há uma certa dificuldade em se executar políticas mais eficientes para a população LGBT, pois falta estrutura adequada. “Pernambuco tem avançado na questão, contudo precisa avançar mais na legislação”. Maxwell Vignoli apresentou, na audiência, a cartilha LGBT feita pelo MPPE, que

traz questões simplificadas sobre orientação sexual, identidade de gênero e homofobia.

O mediador do encontro e presidente da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, deputado Edilson Silva, julgou positivo o balanço da audiência, considerando os âmbitos político e organizativo.

Uma das principais deliberações foi a instituição de um grupo de trabalho para estruturar uma comissão especial em defesa da cidadania LGBT, uma alternativa à frente parlamentar rejeitada pelo plenário da Alepe, no último mês de março. O intuito da comissão é trabalhar na criação de uma legislação estadual que penalize os atos de homo-

fobia em Pernambuco. A urgência na implementação desse tipo de ação pode ser entendida em números. Segundo o coordenador do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (da UFPE), Benedito Medrado, pesquisas realizadas em 2003, apontam que mais de 300 pessoas foram assassinadas na região Nordeste por serem homossexuais. “O índice coloca em primeiro lugar o Estado de Pernambuco, com maior número de homicídios por homofobia no País”.

Outro ponto acordado foi a normatização do nome social para pessoas transexuais, questão ainda descoberta pela Constituição Federal. O foco é transformar em lei, o direito que hoje é obtido via decreto. A

mudança visa facilitar o acesso dessas pessoas às instituições públicas e, principalmente, de saúde.

Estiveram presentes na audiência representantes do Governo do Estado, Prefeitura do Recife, OAB-PE, ONG Gestos, Gema UFPE, Instituto Papai, Grupo Frida de Gênero e Diversidade e entidades LGBT do interior do Estado.

Segurança da população LGBT – O MPPE realizou também uma audiência pública na terça-feira (12), na sede das Promotorias de Justiça de Olinda. A reunião, realizada pelos promotores de Justiça Maxwell Vignoli e Maria Célia da Fonseca, debateu sobre os desafios e subsídios referentes ao direito à segurança pública da população

LGBT.

Na ocasião, deliberou-se a divulgação, junto à população LGBT, da Delegacia Interativa, disponível no site da SDS, como uma possibilidade para o registro das ocorrências em que os LGBTs são vítimas em razão do preconceito, visando o combate as sub-notificações desses casos. Também foi deliberado a inserção da temática Direitos da População LGBT, na matriz curricular dos Curso de Formação de Policiais, para o correto atendimento à população de LGBT; a inclusão da vistoria pessoal as pessoas trans nos Procedimentos Operacionais Padrão da SDS, de acordo com as orientações da Secretaria Nacional de Segurança Pública, incluindo as

especificidades da população LGBT; orientação da população em geral quanto ao significado de ato obsceno, para uma correta diferenciação desse das demonstrações de afeto.

Uma nova audiência pública foi agendada pelo MPPE para o dia 16 de setembro, na sede das Promotorias de Justiça de Olinda. O intuito é traçar diretrizes com foco no mapeamento dos locais de vulnerabilidade da população LGBT. Foram convidados a participar a SDS; Superintendência de Políticas LGBTs de Pernambuco; Assessoria de Políticas LGBT de Olinda; Gerência de Livre Orientação Sexual do Recife e Coordenadoria de Políticas LGBT.

INSCRIÇÃO DEFINITIVA DEFERIDA MPPE publica lista de candidatos a promotor

A Comissão de Concurso do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) publicou no Diário Oficial da sexta-feira (15) a lista com os nomes dos 138 candidatos ao cargo de promotor de Justiça que tiveram os pedidos de inscrição definitiva deferidos. Todos concorrem a uma das 15 vagas para promotor de Justiça ou promotor de Justiça substituto de 1ª entrância, conforme o Edital nº 001 de 2014.

Segundo o edital, após a confirmação das inscrições definitivas a Comissão de Concurso deu início ao processo de analisar e pontuar os comprovantes de titulação já enviados pelos candidatos. Serão pontuados aqueles que tiverem exercido cargo de carreira do Ministério Público, cargo de ma-

gistrado ou outro cargo público efetivo de bacharel em Direito por um período mínimo de dois anos. Também serão analisados e pontuados os candidatos que apresentarem diplomas de cursos de doutorado/mestrado na área do Direito e livre-docência, bem como diplomas de graduação ou pós-graduação em áreas não jurídicas.

O resultado final do concurso público será obtido por meio da soma dos pontos de titulação (em valor entre zero e um) e da nota das provas, que é uma média ponderada das notas das provas discursiva (peso 5,0), seletiva (peso 2,5) e oral (peso 2,5). O resultado final e homologação do certame serão publicados no Diário Oficial.

CLÍNICA DE JABOATÃO Prioridade dos idosos deve ser observada

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou à clínica Unidade de Otorrino (Uno) de Jaboatão dos Guararapes que, no exercício de suas atividades, cumpra rigorosamente aos preceitos do Estatuto do Idoso, obedecendo às prioridades no atendimento à saúde dos idosos previstas na legislação e estabelecendo serviço de triagem prioritário aos maiores de 60 anos.

A promotora de Justiça Isabela Bandeira destaca que o Estatuto do Idoso assegura aos maiores de 60 anos prioridade no atendimento na área de saúde, sendo certo que tal garantia compreende atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.

Durante a instrução do Procedimento Preparatório nº 024/2015, o representante legal da unidade de saúde afirmou que possui atendimento aos idosos a partir de rotatividade: a cada dois atendimentos normais é feito um atendimento prioritário. No entanto, a promotora Isabela Bandeira explica que a medida é improcedente, pois o atendimento em questão não era de urgência e sim de rotina, de forma que não se aplica o previsto no parecer nº 27/2009 do Conselho Regional de Medicina do Ceará. Esse parecer estabelece que, em casos de urgência e emergência, os critérios de prioridade, como o atendimento a idosos e crianças, não se sobrepõem à classificação quanto à gravidade dos pacientes.

282 JULGAMENTOS PE fica em 3º lugar na Semana do Júri

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (Caop Criminal) divulga resultado da participação do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) na II Semana Nacional do Júri, em Pernambuco, com 126 promotores de Justiça atuando nos julgamentos realizados de 13 a 17 de abril, em 132 Comarcas. Ao todo, foram realizados 282 julgamentos, sendo 133 condenações. Nessa segunda edição, o Estado de Pernambuco ficou em 3º lugar em número de sessões realizadas, depois de Goiás, com 318 sessões e Bahia, com 293.

A Semana foi promovida em conjunto pelo Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça e Conselho Nacional do Ministério

Público em todos os Estados da Federação. Foram julgados, preferencialmente, os casos referentes a processos iniciados até 31 de dezembro de 2009, que compõem a Meta de Perseguição Penal (Meta 4 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – Enasp). No MPPE, a organização da atuação dos promotores de Justiça nos julgamentos marcados para a Semana Nacional ficou sob a responsabilidade do Caop Criminal, coordenado pelo promotor de Justiça Carlos Vítório. “Mais uma vez o Estado de Pernambuco ficou entre os que mais conseguiram realizar sessões de júri. O empenho dos promotores de Justiça colaborou para o bom resultado”, ressaltou o coordenador do Caop Criminal.

Procuradoria Geral da Justiça

Procurador Geral: **Carlos Augusto Guerra de Holanda**

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.044/2.015

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 9º, inciso XIII, letra "h", da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, de 27 de dezembro de 1994, de 27 de dezembro de 1994,

CONSIDERANDO os termos da Resolução 030/2008 - CNMP, PGJ/PRE, e a Resolução Conjunta n.º 001/2011-PGJ/PRE, nos termos do artigo 5º, § 1º da Resolução 30/2008-CNMP;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço, face os exíguos e preclusivos prazos eleitorais,

RESOLVE:

I - Indicar o Promotor de Justiça para oficiar perante a Justiça Eleitoral, de primeira instância, até ulterior deliberação, conforme a seguir:

COMARCA	ZONA ELEITORAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA	A PARTIR DE:
Carpina	020ª	Fernando Falcão Ferraz Filho	11/05/2015

II - Determinar que os Promotores de Justiça ora indicados comuniquem o início do exercício na respectiva zona eleitoral, apresentando, até o dia 10 do mês subsequente, relatório das atividades eleitorais à Procuradoria Regional Eleitoral;

III - Advertir, finalmente, que ocorrendo desistência, promoção ou impedimento de ordem legal, a substituição obedecerá, rigorosamente, às regras contidas na Resolução Conjunta PGJ/PRE n.º 01/2001 e Resolução Conjunta PGJ/PRE n.º 001/2011, PGJ/PRE, salvo a impossibilidade de sua aplicação, quando será observado o disposto no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações constantes na Lei Complementar Estadual n.º 21/98, de 28 de dezembro de 1998.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 15 de maio de 2015.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.045/2015

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das suas atribuições, **CONSIDERANDO** o solicitado na CI n.º 192/2015-C.Adm., oriundo da 01ª Circunscrição Ministerial com sede em Petrolina, que altera a escala de plantão;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Modificar o teor da Portaria POR-PGJ n.º 811/2015, de 28.04.2015, publicada no DOE de 29.04.2015, para:

Onde se lê:

**PLANTÃO DA 09ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM PETROLINA**

DATA	DIA	HORÁRIO	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
16.05.2015	Sábado	13h às 17h	Petrolina	Fernando Portela Rodrigues
17.05.2015	Domingo	13h às 17h	Petrolina	Rosane Moreira Cavalcanti

Leia-se:

**PLANTÃO DA 09ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM PETROLINA**

DATA	DIA	HORÁRIO	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
16.05.2015	Sábado	13h às 17h	Petrolina	Rosane Moreira Cavalcanti
17.05.2015	Domingo	13h às 17h	Petrolina	Fernando Portela Rodrigues

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 15 de maio de 2015.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.046/2.015

O **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais; **CONSIDERANDO** a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Bel. **EDEILSON LINS DE SOUSA JÚNIOR**, Promotor de Justiça de Sanharó, de 1ª Entrância, para atuar no Processo nº 57-45.2001.8.17.1550 até a conclusão do Leilão, a ser realizado no dia 19/05/2015, na Comarca de Venturosa.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 15 de maio de 2015.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.013/2.015

O **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais; **CONSIDERANDO** a solicitação da Coordenação da 9ª Circunscrição Ministerial - Olinda; **CONSIDERANDO** a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Bel. **VALDECY VIEIRA DA SILVA**, 3º Promotor de Justiça Criminal de Olinda, de 2ª Entrância, para o exercício cumulativo no cargo de 2º Promotor de Justiça Criminal de Paulista, de 2ª Entrância, durante as férias da Bela. Camila Mendes de Santana Coutinho, no período de 18/05 a 01/06/2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 12 de maio de 2015.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
(Republicado no DOE de 16/05/2015)

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.039/2.015

O **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o teor do Ofício n.º 635/2015, da Coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público e Social;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar, em caráter extraordinário, os Béis. **MARCUS ALEXANDRE TIEPPO RODRIGUES**, 2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Caruaru, e **BIANCA STELLA AZEVEDO BARROSO**, 2ª Promotora de Justiça Cível de Santa Cruz do Capibaribe, ambas de 2ª Entrância, para atuarem, em conjunto ou separadamente, nos procedimentos, representações e processos afetos à área do Patrimônio Público em trâmite na Promotoria de Justiça de Jataúba, a partir da publicação da presente Portaria até ulterior deliberação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 14 de maio de 2015.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
(Republicada por ter saído com incorreção no DOE 15/05/2015)

O **EXCELENTÍSSIMO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, DR. CARLOS AUGUSTO ARRUDA GUERRA DE HOLANDA**, exarou os seguintes despachos:

Dia 14.05.2015

Expediente n.º: 090/15

Processo n.º: 0018779-5/2015

Requerente: **ASSESSORIA MINISTERIAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

Assunto: Solicitação

Despacho: *Autorizo o afastamento. À CMGP para anotar e arquivar com cópia à Corregedoria Geral do Ministério Público para ciência.*

Expediente n.º: 006/15

Processo n.º: 0011313-0/2015

Requerente: **GEOVANA ANDREA CAJUEIRO BELFORT**

Assunto: Solicitação

Despacho: *Defiro o pedido. À CMGP para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: 051/15

Processo n.º: 0012599-8/2015

Requerente: **RUSSEUX VIEIRA DE ARAUJO**

Assunto: Comunicações

Despacho: *Tendo em vista que o referido período de férias foi deferido no DOE em 08/04/2015, sob o SIIG nº 008363-2/2015, encaminhe-se à CMGP para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: 091/15

Processo n.º: 0016490-2/2015

Requerente: **FABIANA KIUSKA SEABRA DOS SANTOS**

Assunto: Encaminhamento

Despacho: *Junte-se ao presente os expedientes protocolados sob os nºs 0016493-5, 0016495-7, 0016496-8, 0016498-1, 0016499-2, 0016500-3, 0016503-6, 0016506-0, 0016510-4, 0016512-6, 0016516-1, 0016518-3, 0016523-8, 0016527-3, 0016536-3, 0016542-0, 0016544-2, 0016545-3, 0016524-1, 0016628-5, 0016647-6, 0016651-1, 0016657-7, 0016849-1, 0016874-8, 0016875-0, 0016885-1, 0016886-2, 0016901-8, 0017063-8, 0017068-4, 0017067-3 0017073-0, 0017086-4, 0017169-6, 0017158-4, 0017168-5, 0017163-0, 0017184-3, 0017185-4, 0017189-8, 0017196-6, 0017281-1, 0017283-3, 0017284-4, 0017286-6, 0017287-7, 0017288-8, 0017290-1, 0017304-6, 0017316-0, 0017333-8, 0017439-6, 0017479-1, 0017481-3, 0017487-0, 0017509-4, 0017512-7, 0017606-2, 0017633-2, 0017759-2/2015, por se tratar da mesma matéria, e, em seguida, archive-se em pasta própria.*

Expediente n.º: s/n

Processo n.º: 0016781-5/2015

Requerente: **CAMILA AMARAL DE MELO TEIXEIRA**

Assunto: Ofícios

Despacho: *Defiro o pedido. À CMGP para anotar e arquivar com cópia à Corregedoria Geral do Ministério Público.*

Expediente n.º: s/n/15

Processo n.º: 0017084-2/2015

Requerente: **ERICO DE OLIVEIRA SANTOS**

Assunto: Requerimento

Despacho: *Encaminhe-se ao DEMAPE para informar sobre o pedido anterior, formulado através do SIIG nº 0052188-6/2014.*

Expediente n.º: s/n/15

Processo n.º: 0017133-6/2015

Requerente: **QUINTINO GERALDO DINIZ MELO**

Assunto: Encaminhamento

Despacho: *À CMGP para análise e adoção das medidas necessárias conforme Resolução nº 006/2.014.*

Expediente n.º: 013/15

Processo n.º: 0017235-0/2015

Requerente: **JUDITH PINHEIRO SILVEIRA BORBA**

Assunto: Comunicações

Despacho: *Encaminhe-se ao CAOP da Infância e da Juventude para análise e pronunciamento.*

Expediente n.º: 053/15

Processo n.º: 0017772-6/2015

Requerente: **ANA LUIZA PEREIRA DA SILVEIRA FIGUEIREDO**



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**
Fernando Barros de Lima

**SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**
Lais Coelho Teixeira Cavalcanti

**SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM
ASSUNTOS JURÍDICOS**
Clênio Valença Avelino de Andrade

CORREGEDOR-GERAL
Renato da Silva Filho

CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO
Paulo Roberto Lapenda Figueiroa

OUIDOR
Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

SECRETÁRIO-GERAL
Aguiinaldo Fenelon de Barros

CHEFE DE GABINETE
José Bispo de Melo

COORDENADOR DE GABINETE
Petrúcio José Luna de Aquino

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Jaques Cerqueira

JORNALISTAS

Alana Moreira, Giselly Veras, Isa Maria, Izabela Cavalcanti, Jaques Cerqueira, Miguel Rios e Bruno Bastos

ESTAGIÁRIOS

Geise Araújo, Igor Souza, Vinicius Maranhão Marques de Melo e Vanessa Falcão (Jornalismo), Maria Eduarda Rocha (Publicidade)

RELAÇÕES PÚBLICAS
Evângela Andrade

PUBLICIDADE

Andréa Corradini, Leonardo Martins

DIAGRAMAÇÃO

Bruno Bastos, Giselly Veras e Izabela Cavalcanti

Rua do Imperador D. Pedro II, 473,
Ed. Roberto Lyra, Santo Antônio, Recife-PE
CEP. 50.010-240 fone 3303-1259 / 1279 - fax 3419 7160
imprensa@mppe.mp.br
Ouvidoria (81) 3303-1245
ouvidor@mppe.mp.br

Assunto: Comunicações
 Despacho: *À CMGP para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: 227/15
 Processo n.º: 0018252-0/2015
 Requerente: **JEANNE BEZERRA SILVA OLIVEIRA**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *Ao Conselho Superior do Ministério Público.*

Expediente n.º: 222/15
 Processo n.º: 0018253-1/2015
 Requerente: **JEANNE BEZERRA SILVA OLIVEIRA**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *Ao Conselho Superior do Ministério Público.*

Expediente n.º: 242/15
 Processo n.º: 0018258-6/2015
 Requerente: **JEANNE BEZERRA SILVA OLIVEIRA**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *Ao Conselho Superior do Ministério Público.*

Expediente n.º: 380/15
 Processo n.º: 0018259-7/2015
 Requerente: **EDSON JOSE GUERRA**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *À CMGP para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: 081/15
 Processo n.º: 0018260-8/2015
 Requerente: **ANDREA MAGALHAES PORTO**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *Ao Conselho Superior do Ministério Público.*

Expediente n.º: 076/15
 Processo n.º: 0018261-0/2015
 Requerente: **ANDREA MAGALHAES PORTO**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *Ao Conselho Superior do Ministério Público.*

Expediente n.º: 102/15
 Processo n.º: 0018268-7/2015
 Requerente: **EMMANUEL CAVALCANTI PACHECO**
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: *À CMGP para análise e adoção das medidas necessárias conforme Resolução nº 006/2.014.*

Expediente n.º: 196/15
 Processo n.º: 0018368-8/2015
 Requerente: **NANCY TOJAL DE MEDEIROS**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *Autorizo excepcionalmente. Registre-se, arquivando-se em seguida em pasta própria.*

Expediente n.º: 034/15
 Processo n.º: 0018450-0/2015
 Requerente: **ROSEMARY SOUTO MAIOR DE ALMEIDA**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *À CGMP para conhecimento.*

Expediente n.º: 019/15
 Processo n.º: 0018454-4/2015
 Requerente: **MAINAN MARIA DA SILVA**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *À CMGP para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: s/n/15
 Processo n.º: 0018477-0/2015
 Requerente: **MARILEA DE SOUZA CORREIA ANDRADE**
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: *À CMGP para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: 019/15
 Processo n.º: 0018568-1/2015
 Requerente: **DINAMERICO WANDERLEY RIBEIRO DE SOUSA**
 Assunto: Ofícios
 Despacho: *Defiro o pedido. À CMGP para anotar e arquivar.*

Expediente n.º: s/n/15
 Processo n.º: 0018589-4/2015
 Requerente: **MARIA DE FATIMA DE ARAUJO FERREIRA**
 Assunto: Ofícios
 Despacho: *Defiro o pedido. À CMGP para anotar e arquivar com cópia à Corregedoria Geral do Ministério Público.*

Expediente n.º: 080/15
 Processo n.º: 0018697-4/2015
 Requerente: **PATRICIA RAMALHO DE VASCONCELOS**
 Assunto: Comunicações
 Despacho: *Registre-se, arquivando-se em seguida em pasta própria.*

Expediente n.º: 160/15
 Processo n.º: 0018704-2/2015
 Requerente: **CARLOS EDUARDO DOMINGOS SEABRA**
 Assunto: Solicitação
 Despacho: *Junte-se ao presente o expediente referenciado. Encaminhe-se ao DEMPAG para informar quais os períodos de férias em aberto, os quais não foram pagos o respectivo abono.*

Expediente n.º: SN/15
 Processo n.º: 0019046-2/2015
 Requerente: **ANA CLÁUDIA WALMSLEY PAIVA**
 Assunto: Solicitação
 Despacho: *Defiro o pedido. À Coordenação Ministerial de Gestão de Pessoas para anotar e arquivar.*

Procuradoria-Geral de Justiça, 15 de maio de 2015.

JOSÉ BISPO DE MELO
 Promotor de Justiça
 Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Assessoria Técnica em Matéria Criminal

O Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça, Doutor Clênio Valença Avelino de Andrade, na Assessoria Técnica em Matéria Criminal, em 13.05.2015, exarou a seguinte Decisão:

Decisão nº 37/2015
 Notícia de Fato nº 2014/1708286
 Representante: CAOP de Defesa do Patrimônio Público e Social
 Representado: Maria Sebastiana da Conceição, Prefeita do Município de João Alfredo, 2005/2008 e 2013/2016.
 Assunto: Possíveis irregularidades no âmbito da Prefeitura Municipal de João Alfredo, exercício de 2007.
 Acolho integralmente a manifestação da Assessoria Técnica em Matéria Criminal, a qual é no sentido de: (...)

Recife, 13 de maio de 2015.

Maria da Conceição de Oliveira Martins
 Promotora de Justiça
 Assessora Técnica em Matéria Criminal

O Excelentíssimo Senhor Subprocurador-Geral de Justiça, Doutor Clênio Valença Avelino de Andrade, na Assessoria Técnica em Matéria Criminal, em 11 e 14.05.2015, exarou as seguintes Decisões:

Decisão nº. 35/2015
 Notícia de Fato nº 2015/1799304
 Representante: Disque Denúncia – SDS
 Representado: Cláudio Luciano da Silva Xavier, Prefeito do Município de Itapissuma, 2013/2016
 Assunto: Irregularidades sobre servidores ocupantes de cargos comissionados na Prefeitura do Município.
 DECISÃO: Encaminhado a Órgão Externo (Tribunal de Justiça de Pernambuco).

Decisão nº. 38/2015
 Notícia de Fato nº 2014/1708974
 Representante: Tribunal de Justiça de Pernambuco
 Representado: Josuel Vicente Lins, Prefeito do Município de Pombos, 2013/2016.
 Assunto: Suposto cometimento de crimes praticados pelo Prefeito do Município de Pombos, apurados no Inquérito Policial nº04.012.0065.00014/2014.1.3.
 DECISÃO: Encaminhado a Órgão Externo (Tribunal de Justiça de Pernambuco).

Recife, 15 de maio de 2015.

Maria da Conceição de Oliveira Martins
 Promotora de Justiça
 Assessora Técnica em Matéria Criminal

Assessoria Técnica em Matéria Administrativas-Constitucional

A Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Administrativos, Doutora LAIS COELHO TEIXEIRA CAVALCANTI, na Assessoria Técnica em Matéria Administrativo-Constitucional, com fundamentos na manifestação do Promotor de Justiça, Dr. Ulisses de Araújo e Sá Júnior, exarou o seguinte despacho:

Dia: 15/05/2015:

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/1736730
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO-MORADIA AOS MEMBROS APOSENTADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO.

ACOLHO INTEGRALMENTE A MANIFESTAÇÃO DA ATMA E INDEFIRO O REQUERIMENTO DA ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. ENCAMINHE-SE CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO À REQUERENTE, POR SEU PRESIDENTE. PUBLIQUE-SE.

Recife, 15 de maio de 2015.

LAIS COELHO TEIXEIRA CAVALCANTI
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
(atuando por delegação dada pela Portaria PGJ nº 246/2015)

Órgão Especial do Colégio de Procuradores

AVISO OECPJ Nº 004/2015

De ordem do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, Dr. Carlos Augusto Guerra de Holanda, Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, comunicamos aos Excelentíssimos Senhores Membros daquele Colegiado a realização da 1ª Sessão Ordinária nos termos do Artigo 23, alínea "a", do Regimento Interno, **no dia 08 de junho de 2015, às 13:30 hs**, no Salão dos Órgãos Colegiados, localizado à Rua do Imperador D. Pedro II, 473 - térreo - Edifício Sede Roberto Lyra, nesta cidade, tendo a seguinte pauta:

- Aprovação de Ata da Sessão Anterior
- Comunicações diversas
- Distribuição de Processo Administrativo Disciplinar
- Julgamento do Processo OECPJ nº 009/2014 – PAD
- Julgamento do Processo OECPJ nº 002/2014 – PAD
- Julgamento do Processo OECPJ nº 006/2014 – PAD

Recife, 15 de maio de 2015.

JOSÉ BISPO DE MELO
 Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

Comissão Permanente de Licitação - CPL/SRP

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 002/2015

PROCESSO SIIG N.º 0049283-8/2014.
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 012/2015.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2015.
CÓDIGO DA LICITAÇÃO NO EFISCO: 3201012015000106
PARTE CONTRATANTE: Procuradoria Geral de Justiça de Pernambuco.
CNPJ: 24.417.065/0001-03

OBJETO: Registro de Preços visando à contratação de **empresa para fornecimento e instalação de forro de gesso, nas sedes do MPPE localizadas no Recife e região metropolitana** para a Procuradoria Geral de Justiça.

Vigência: 12 (doze) meses (data de assinatura da Ata de Registro de Preços).

1.1 - Empresas vencedoras e Preços Registrados:

A) Empresa:	SENTRA SERVIÇOS EMPREENDIMENTOS LTDA.		
CNPJ:	12.020.437/0001-76	Inscrição Estadual:	ISENTO
Endereço:	Rua Almirante Tamandaré, N.º 120		
Telefone/FAX:	(81) 8770-0560 (81) 8677-5444	E-mail:	sentraempreendimentos@hotmail.com
Representante:	Sandro Hermenegildo da Silva		
Identidade:	4.562.972	Órgão Exp.:	SSP-PE
CPF:	881.670.544-20		

Item: 1

Planilha Demonstrativa de Preços:

ITEM	EFISCO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	283068-0	FORRO DE GESSO EM PLACAS 60x60cm, ESPESSURA 1,20cm, INCLUSIVE FIXAÇÃO COM ARAME	m²	600,00	R\$ 24,90	R\$ 14.940,00
VALOR TOTAL GLOBAL PARA EMPRESA "A"						R\$ 14.940,00
Catorze mil, novecentos e quarenta reais.						

1.2 - Valor Total Registrado no Certame:

VALOR GLOBAL: R\$ 14.940,00 (Catorze mil, novecentos e quarenta reais)
--

FORO: RECIFE/PE.
 DATA DA ASSINATURA: 08 DE MAIO DE 2015.
 GESTOR RESPONSÁVEL PELA ATA: SR. OTÁVIO AUGUSTO GALINDO M. DE ALMEIDA, DIVISÃO MINISTERIAL DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO.
 PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA: DR. CARLOS AUGUSTO ARRUDA GUERRA DE HOLANDA

Secretaria Geral

PORTARIA POR SGMP- 229/2015

O SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, contidas na RES-PGJ nº 002/2014, de 17/03/2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 19/03/2014,

CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 064/2015, da Sede das Promotorias de Justiça do Cabo de Santo Agostinho, protocolado sob nº 17194-4/2015;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade e a conveniência do serviço,

RESOLVE:

I – Dispensar a servidora **SÍLVIA MARIA DOS RAMOS SILVA**, Assessor Administrativo, matrícula nº 188.485-9, das funções de Administrador Ministerial de Sede de Nível 2, das Promotorias de Justiça do Cabo de Santo Agostinho, símbolo FGMP-3;

II – Designar a servidora **LUCIANA BEZERRA DE ALMEIDA**, Servente, matrícula nº 188.495-6, para o exercício das funções de Administrador Ministerial de Sede de Nível 2, das Promotorias de Justiça do Cabo de Santo Agostinho, atribuindo-lhe a correspondente gratificação símbolo FGMP-3;

III – Esta Portaria retroagirá ao dia 01/05/2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 15 de maio de 2015.

Aguinaldo Fenelon de Barros
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA POR SGMP- 230/2015

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, contidas na RES - PGJ nº 002/2014, de 17.03.14, publicada no Diário Oficial do Estado de 19.03.14;

Considerando o teor do Ofício nº 038/2015, da Sede das Promotorias de Justiça de Camaragibe, protocolado sob o nº 0015347-2/2015;

RESOLVE:

I – Designar o servidor **DANIEL PENA E TORRES**, Técnico Ministerial, matrícula nº 189.101-4 para o exercício das funções de Administrador Ministerial de Sede de Nível 2, atribuindo-lhe a correspondente gratificação, símbolo FGMP-3, por um período de **15 dias**, contados a partir de 12/05/2015, tendo em vista o gozo de férias do titular, **PABLO FERRAZ DE FREITAS**, Técnico Ministerial, matrícula nº 188.002-0;

II – Esta portaria retroagirá ao dia 12/05/2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 15 de maio de 2015.

Aguinaldo Fenelon de Barros
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA POR SGMP- 231/2015

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, contidas na RES - PGJ nº 002/2014, de 17.03.14, publicada no Diário Oficial do Estado de 19.03.14;

Considerando o teor da Comunicação Interna nº 029/2015 da Coordenadoria Ministerial de Finanças e Contabilidade, protocolada via Requerimento Eletrônico nº 10501/2015;

RESOLVE:

I – Designar a servidora **NORMA ROBERTA DE OLIVEIRA LUNA E SOUZA**, Técnica Ministerial, matrícula nº 189.685-7, para o exercício das funções de Gerente Ministerial da Divisão de Empenho atribuindo-lhe a correspondente gratificação símbolo FGMP-3, por um período de **10 dias**, contados a partir de 04/05/2015, tendo em vista o gozo de férias do titular **ARISTHON JOSÉ CLEMENTE DOS SANTOS**, Técnico Ministerial Suplementar, matrícula nº 171.501-1;

II – Esta portaria retroagirá ao dia 04/05/2015.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 15 de maio de 2015.

Aguinaldo Fenelon de Barros
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PORTARIA POR SGMP- 232/2015

O SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, contidas na RES - PGJ nº 002/2014, de 17.03.14, publicada no Diário Oficial do Estado de 19.03.14;

Considerando o teor da Comunicação Interna nº 13/2015, da Coordenadoria Ministerial de Tecnologia da Informação, protocolada sob o nº 0018347-5/2015;

RESOLVE:

I - Designar o servidor **RAFAEL DE ALBUQUERQUE RIBEIRO**, Analista Ministerial, matrícula nº 189.440-4, para o exercício das funções de Gerente Ministerial da Divisão de Implantação e Desenvolvimento, atribuindo-lhe a correspondente gratificação símbolo FGMP-3, por um período de **30 dias**, contados a partir de 04/05/2015, tendo em vista o gozo de férias do titular **MAURO LA SALETTE COSTA LIMA DE ARAÚJO**, Analista Ministerial, matrícula nº 188.671-1;

II – Esta portaria retroagirá ao dia 04/05/2015;

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 15 de maio de 2015.

Aguinaldo Fenelon de Barros
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Exmo. Sr. Secretário Geral Adjunto do Ministério Público de Pernambuco, Valdir Francisco de Oliveira, exarou os seguintes despachos:

Nos dias 14 e 15/05/2015

Expediente: CI 27/15
 Processo nº 0018488-2/2015
 Requerente: AJM
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMAD. Segue para as providências.

Expediente: OF 73/15
 Processo nº 0017269-7/2015
 Requerente: PJ São José do Egito
 Assunto: Solicitação
 Despacho: Ao DEMTR/CMAD. Para pronunciamento.

Expediente: CI 88/15
 Processo nº 0018462-3/2015
 Requerente: AMSI
 Assunto: Comunicação
 Despacho: À AMPEO. Para pronunciamento.

Expediente: CI 54/15
 Processo nº 0018038-2/2015
 Requerente: Divisão Ministerial de Transporte
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: Ao DEMTR. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: 42/15
 Processo nº 0018013-4/2015
 Requerente: Diretoria Ministerial Cerimonial
 Assunto: Comunicação
 Despacho: Ao Apoio. Publique-se. Após enviar a CMGP.

Expediente: 79/15
 Processo nº 0018020-2/2015
 Requerente: PJ Ouricuri
 Assunto: Comunicação
 Despacho: À CMGP. Para conhecimento. Após, archive-se.

Expediente: 64/15
 Processo nº 0017194-4/2015
 Requerente: PJ Cabo de Santo Agostinho
 Assunto: Solicitação.
 Despacho: Ao Apoio. Publique-se. Após, enviar a CMGP para as providências.

Expediente: OF 1074/15
 Processo nº 0015645-3/2015
 Requerente: CGMP
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: À CMAD. Para pronunciamento sobre o imobiliário.

Expediente: OF 27/15
 Processo nº 0017762-5/2015
 Requerente: PJ Olinda
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: Ao Apoio. Considerando a informação da CMATI que existe um processo licitatório em andamento, que irá contemplar a Sede da PJ de Olinda. Dê-se ciência ao solicitante. Após, archive-se.

Expediente: OF 38/15
 Processo nº 0017840-2/2015
 Requerente: PJ Bezerros
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMAD. Para pronunciamento.

Expediente: OF 39/15
 Processo nº 0018148-4/2015
 Requerente: PJ Bezerros
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMAD. Para pronunciamento.

Expediente: OF 67/15
 Processo nº 0015544-1/2015
 Requerente: PJ Serrita
 Assunto: Solicita
 Despacho: À CMGP. Para informar o impacto financeiro, após enviar a AMPEO para dotação orçamentária.

Expediente: CI 69/15
 Processo nº 0014982-6/2015
 Requerente: AMSI
 Assunto: Encaminhamento
 Despacho: À CMI. Para análise e pronunciamento.

Expediente: OF 15/2015
 Processo nº 0013426-7/2015
 Requerente: 46ª PJ Criminal da Capital
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMGP. Para informar o impacto financeiro.

Expediente: CI 42/15
 Processo nº 0015034-4/2015
 Requerente: DIMAH
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMTI. Autorizo. Contudo, deve esta coordenadoria contactar com a DIMAH para implantar o projeto.

Expediente: CI 92/15
 Processo nº 0017116-7/2015
 Requerente: DMMS
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À AMPEO. Para informar a dotação orçamentária.

Expediente: CI 228/15
 Processo nº 0014393-2/2015
 Requerente: Departamento Ministerial de Transporte
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMGP. Autorizo. Segue para as providências necessárias.

Expediente: CI 305/15
 Processo nº 0018319-4/2015
 Requerente: Departamento Ministerial de Transporte
 Assunto: Solicitação
 Despacho: Ao apoio. Defiro pedido. Segue para as providências.

Expediente: OF 83/15
 Processo nº 0018798-6/2015
 Requerente: CAOPJDC
 Assunto: Solicitação
 Despacho: À CMAD. Para informar a possibilidade de atendimento, levando em consideração a disponibilidade da Van e as restrições orçamentárias.

Expediente: CI 24/15
Processo nº 0018935-8/2015
Requerente: NIMPPE
Assunto: Solicitação
Despacho: À AMSI. Para controle, fiscalização e por em planilha, conforme o procedimento ora implantado.

Expediente: CI 302/15
Processo nº 0018311-5/2015
Requerente: Departamento Ministerial de Transporte
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMFC. Autorizo. Segue para as providências necessárias. Após, enviar a CMGP para promover o desconto em folha de pagamento.

Expediente: E-mail/ 2015
Processo nº 0012590-8/2015
Requerente: Fenasempe Brasil
Assunto: Solicitação
Despacho: Ao Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Pernambuco. Para pronunciamento.

Expediente: E-mail/ 2015
Processo nº 0018694-1/2015
Requerente: CNPG – Secretaria Executiva
Assunto: Solicitação
Despacho: À CMFC. Para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 303/15
Processo nº 0018315-0/2015
Requerente: Departamento Ministerial de Transporte
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMFC. Autorizo. Segue para as providências necessárias. Após, enviar a CMGP para promover o desconto em folha de pagamento.

Expediente: CI 266/15
Processo nº 0016358-5/2015
Requerente: Departamento Ministerial de Transporte
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMFC. Para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 267/15
Processo nº 0016378-7/2015
Requerente: Departamento Ministerial de Transporte
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMFC. Para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 270/15
Processo nº 0016415-8/2015
Requerente: Departamento Ministerial de Transporte
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMFC. Para cumpridas as formalidades legais, providenciar a realização da despesa.

Expediente: CI 89/15
Processo nº 0018458-8/2015
Requerente: AMSI
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À AMSI. Para anexar as cópias de escalas de inclusão/ substituição dos policiais da guarda patrimonial.

Expediente: OF 15/2015
Processo nº 0018460-1/2015
Requerente: PJ Santa Cruz do Capibaribe
Assunto: Solicitação
Despacho: À AMSI. Para controle, fiscalização e por em planilha, conforme o procedimento.

Expediente: OF 158/15
Processo nº 0013422-3/2015
Requerente: CAOP Consumidor
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMAD. Para pronunciamento.

Expediente: OF 1232/15
Processo nº 0018288-0/2015
Requerente: CGMP
Assunto: Encaminhamento
Despacho: À CMAD. Para pronunciamento.

Expediente: OF 306/15
Processo nº 0018291-3/2015
Requerente: PJ Garanhuns
Assunto: Solicitação
Despacho: À AMSI. Para controle, fiscalização e por em planilha, após enviar para SGMP para autorização, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data de pagamento, conforme procedimento.

Secretaria Geral do Ministério Público - Recife, 15 de maio de 2015.

Valdir Francisco de Oliveira
Secretário Geral Adjunto do Ministério Público

Promotorias de Justiça

29ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL PROMOÇÃO E DEFESAS DO DIREITO HUMANO À EDUCAÇÃO

Ref.: Procedimento Preparatório nº 058/2014.
Arquimedes nº 2014/1740080.

PORTARIA Nº 021/2015 – IC

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por sua representante legal infrafirmada, no uso de suas atribuições, com fulcro nos artigos 129, inciso III, da CF/88, 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, 25, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, 4º, inciso IV, da Lei Complementar nº 12/94, atualizada pela Lei Complementar nº 21/98, e 1º, 2º, inciso I, 3º e 22, Parágrafo Único, da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, de 13.06.2012, publicada no DOE de 15.06.2012;

CONSIDERANDO os elementos contidos no PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 058/2014-29ª PJDCC, instaurado em 19.11.2014, até então em curso nesta Promotoria de Justiça, através do qual é investigada notícia formulada perante a Ouvidoria do MPPE, encaminhada este órgão ministerial, no sentido da ocorrência de graves irregularidades pedagógicas e administrativas no âmbito da ESCOLA ESTADUAL LUIZ DE CAMÕES, situada neste município, a exemplo da prática de humilhações e distratos supostamente cometidos por professor, em sala de aula, contra seus alunos, *in verbis*:

CONSIDERANDO, ainda de acordo com o noticiante, que referido professor, nos autos identificado, também manda os alunos embora sem dar as aulas que lhe competem, alegando baixa remuneração, tudo sob pena de reprovação aos alunos;

CONSIDERANDO que devidamente notificada para apresentar esclarecimentos (fls. 07), a gerente da GRE – Recife Sul limitou-se a informar que encaminhou o caso para análise da Gerência Geral de Desenvolvimento de Pessoas (fls. 08/13);

CONSIDERANDO que novamente requisitadas informações atualizadas sobre o caso, haja vista o lapso temporal decorrido (fls. 15), até a apresenta data não houve qualquer resposta;

CONSIDERANDO que as irregularidades noticiadas, se confirmadas, revestem-se de gravidade e impõem a atuação premente do Poder Público, sob pena de adoção de medidas judiciais e extrajudiciais por parte deste órgão ministerial;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 129, incisos II e III, e a legislação infraconstitucional atribuem ao MINISTÉRIO PÚBLICO a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como o dever de zelar pelo efetivo respeito aos poderes públicos, inclusive o municipal, por seus órgãos da administração direta e indireta, assim como pelos serviços de relevância pública, promovendo as medidas necessárias para a sua garantia e proteção;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 206, inciso VII, seguinte, que preconiza que o **“ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VII – garantia de padrão de qualidade”**;

CONSIDERANDO o teor do artigo 6º, incisos VII e VIII, da Lei Estadual nº 12.280/2002, que dispõe sobre a Proteção Integral aos Direitos do Aluno e proíbe **“qualquer situação tendente a permitir: tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor e violência física ou simbólica”**;

CONSIDERANDO ser dever institucional do MINISTÉRIO PÚBLICO, em especial desta Promotoria de Justiça especializada, a promoção e defesa do direito humano à educação, cabendo-lhe adotar todas as medidas cabíveis para sua tutela;

CONSIDERANDO, ainda, que diligências preliminares realizadas na sede do PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO, acima narradas, em tese já delimitaram o objeto da investigação, ainda que não todos os agentes a serem possivelmente responsabilizados, se for o caso, justificando-se a conversão do presente procedimento investigatório;

CONSIDERANDO a proximidade de ultrapassagem do prazo limite de 180 (cento e oitenta dias) previsto no artigo 22, *caput*, da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, de 13.06.2012, publicada no D.O.E. de 15.06.2012 para conclusão de procedimentos preparatórios;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de efetuar diligências complementares e produzir provas para o deslinde da questão, vez que os elementos trazidos ainda são insuficientes para a formação do convencimento,

RESOLVE, com fulcro no artigo 22, Parágrafo Único, da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, de 13.06.2012, publicada no DOE de 15.06.2012, **CONVERTER** o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO nº 058/2014 no **INQUÉRITO CIVIL nº 021/2015**, com a finalidade de concluir as investigações iniciadas e apurar a responsabilidade do(s) agente(s) envolvido(s), se for o caso, determinando, desde logo:

O registro da presente portaria no sistema de gestão de autos *Arquimedes*/MPPE e sua autuação, com a juntada do PP acima mencionado e numeração das folhas;

Sem prejuízo do acima exposto, reitere-se, à gerente da GRE-Recife Sul, o Ofício nº 064/2015, datado de 23.02.2015, recebido em 16.04.2015, ATÉ A PRESENTE DATA SEM QUALQUER RESPOSTA, a fim de que envie informações atualizadas acerca da situação ora investigada, de todo o alegado anexando a respectiva comprovação;

Após o decurso do prazo asisnalado, com ou sem resposta, certifique-se, fazendo conclusos os autos para nova deliberação;

A remessa de cópia desta portaria ao Conselho Superior do Ministério Público, a Corregedoria Geral do Ministério Público e a Secretaria Geral do Ministério Público, nos termos do disposto no artigo 3º, §2º, da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, de 13.06.2012, publicada no DOE de 15.06.2012.

Recife, 14 de maio de 2015.

ALLANA UCHOA DE CARVALHO
Promotora de Justiça

27ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL PROMOÇÃO E DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 010/2015

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por seu representante que a esta subscreve, com titularidade na **27ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital**, com atuação na Promoção e Defesa do Patrimônio Público, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, combinados com os artigos 1º, inciso IV e 8º, § 1º, da Lei Federal nº. 7.347/85 e artigo 4º, inciso IV, 'a', da Lei Complementar Estadual nº. 12, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações da Lei Complementar nº. 21, de 28 de dezembro de 1998;

CONSIDERANDO os termos da Resolução RES CSMP nº. 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco e da Resolução RES-CNMP nº. 003/007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentaram o Inquérito e outros instrumentos destinados à Tutela Extrajudicial de Direitos Transindividuais;

CONSIDERANDO a disposição contida no art. 22 e seu § único da Resolução RES CSMP nº. 001/2012, determinado que *“o procedimento deverá ser concluído no prazo de 90 (noventa) dias prorrogável por igual prazo, uma única vez, em caso de motivo justificável, e que “vencido este prazo, o membro do Ministério Público promoverá seu arquivamento, ajuizará à respectiva ação civil pública ou o converterá em inquérito civil”*;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de adoção de providências no sentido de adequar os procedimentos em tramitação nesta Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania;

CONSIDERANDO que os autos em apreço, sob a denominação de Procedimento Preparatório nº. **078/2014**, diz respeito à averiguação, sob a esfera da improbidade administrativa, dos fatos articulados pelo cidadão Ailton Ferreira da Silva, acerca de irregularidades que redundaram em pretenso desvio de valores monetários públicos destinados ao financiamento para o desenvolvimento de projetos na área de tecnologia da informação.

CONSIDERANDO que na leitura da documentação acastelada pelo Representante, depreende-se que a conjuntura dos fatos refere-se a um programa denominado de PAPPE (Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte na Modalidade Subvenção Econômica), realizado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, que tem por objetivo apoiar atividades de pesquisa e inovação tecnológica mediante a seleção de propostas empresariais apresentadas em resposta a uma chamada pública.

CONSIDERANDO que a narrativa do Representante, em sede de complementação (§ 5º do artigo 4º da Resolução CSMP nº. 001/2012), aliada ao que consta na aludida documentação, levam-nos a formar juízo de valor que a questão diz respeito aos **Contratos APS 0419-1.03/08** e **APS 0114-1.03-8**, originados do **Edital FACEPE nº. 04/2008**, e firmados com a empresa **5IT Desenvolvimento de Sistema de Informação Ltda**.

CONSIDERANDO por fim, mas precisamente, a alegação principal do Representante aponta um suposto recebimento de valores monetários, a título de subvenção econômica, pelas empresas 5IT Desenvolvimento de Sistema de Informação Ltda. e CALTECH/FONTES & BASTOS, através da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, porém, sem que houvesse a entrega do produto final, denominado na linguagem técnica de escopo.

CONSIDERANDO o quantitativo de procedimentos em tramitação nesta Promotoria de Justiça, bem como da complexidade inerente à matéria, conjugada à necessidade de adoção de procedimentos outros imprescindíveis a firmar a convicção do Ministério Público na condução dos feitos extrajudiciais, tais como: solicitações e requisições instrutórias; observância de prazos respectivos; realização de vitórias *in loco*, ministeriais ou dos órgãos competentes; realização de audiências e reuniões, e adequação destas com a disponibilidade de pauta; além da necessária análise de todos os documentos jurídicos e técnicos juntados aos autos;

CONSIDERANDO a premente necessidade de se analisar com profundidade e cuidado toda a documentação acastelada nos autos, especialmente aquelas fruto das diligências empreendidas pelo Ministério Público;

CONSIDERANDO, enfim, às atribuições desta Promotoria de Justiça, **RESOLVE CONVERTER** o presente **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO** em **INQUÉRITO CIVIL**, adotando as seguintes providências:

Mantenha-se no Inquérito Civil, para fins de registro, **a numeração designada para o ora convertido Procedimento Preparatório**;

Dê-se ciência ao Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco – CSMP/PE, bem como à Corregedoria a respeito das medidas adotadas através da presente portaria;

Encaminhe-se por meio eletrônico o inteiro teor dessa Portaria a Secretaria Geral do Ministério Público de Pernambuco, para fins de publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Promoção e Defesa do Patrimônio Público, para registro e estatística;

Designo a servidora Maria Alcione Silva de Holanda para secretariar os trabalhos;

Observe a Secretaria da Promotoria de Justiça o número máximo de 150 (cento e cinquenta) páginas por volume e/ou anexo;

Anotações de costume;

Concluídas as providências elencadas venham os autos para análise.

Recife, 11 de maio de 2015.

Eduardo Luiz Silva Cajueiro
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CHÃ GRANDE

PORTARIA Nº 001 /2015 - (IC nº 001/2015)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por seu representante infra-assinado, em exercício pleno junto à Promotoria de Justiça de Chã Grande, com atuação na Defesa do Patrimônio Público, com fundamento nos arts. 127, Caput e 129, inciso II e III, da Constituição Federal, art. 25, inciso IV, alínea a da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/93) e art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Orgânica Estadual (Lei Complementar nº 12/94), atualizada pela Lei Complementar nº 21/98, e art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85,

CONSIDERANDO ser dever institucional do Ministério Público a Defesa da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público, bem

como a prevenção e repressão à prática de atos que contrariem o interesse público;

CONSIDERANDO que a Administração Pública, direta e indireta, de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o teor da representação encaminhada ao MPPE firmado pelo Sr. Daniel Alves de Lima, a respeito de possíveis indícios de irregularidades nas doações realizadas pelo ex-prefeito deste Município, Sr. Diogo Alexandre Gomes Neto, além de irregularidade referentes ao programa habitacional de casas populares e desaparecimento de diversos computadores pertencentes ao município de Chã grande;

CONSIDERANDO a necessidade de dar prosseguimento à investigação para aguardar o cumprimento das determinações constantes do despacho de fl. 02, datado de 22/02/2013,

RESOLVE CONVERTER o presente procedimento investigatório preliminar (nº001/2013) em Inquérito Civil, ex vi do artigo 37 da RES-CSMP 002/2008, determinando desde já o seguinte:

- 1)A juntada da presente portaria no início do procedimento acima referido, procedendo-se à atualização da numeração constante na capa; A remessa de cópias desta portaria: ao Conselho Superior do Ministério Público, para conhecimento, através de ofício, por meio magnético;
- b) ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias (CAOP) de Defesa do Patrimônio Público e Social, para conhecimento, por meio magnético;

c) à Secretária Geral do Ministério Público, para a devida publicação no Diário Oficial do Estado, por meio magnético;
3)A juntada do despacho de fl. 54 dos autos 2013/1034636, Doc. 2358486 e documentos de fls. 19/54.
Arquive-se cópia da presente portaria em pasta eletrônica e registre no ARQUIMEDES.
Fica **nomeada** a servidora Fabrícia Flávia Maurício de Menezes Matos, Técnica Ministerial, lotada nesta Promotoria de Justiça, para secretariar os trabalhos, prestando o compromisso legal, a partir desta data.

Registre-se. Publique-se. Autue-se;

Chã Grande, 11 de maio de 2015.

Paulo Diego Sales Brito
Promotor de Justiça

Procuradoria de Justiça em Matéria Cível

RELATÓRIO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL
MARÇO DE 2015

PROCURADORES DE JUSTIÇA	SALDO ANTERIOR	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS	IMPEDIMENTO SUSPEIÇÃO	SALDO ATUAL	OBSERVAÇÕES
01ª - ZULENE SANTANA DE LIMA NORBERTO	-	32	32	-	-	
02ª - LUCIANA MARINHO MARTINS MOTA E ALBUQUERQUE	03	32	35	-	-	
03ª	-					
Convocada: Daiza Maria Azevedo Cavalcanti.	-	32	32	-	-	
04ª - MARIA BETÂNIA SILVA	-	34	34	-	-	
05ª - MARIA BERNADETE MARTINS DE AZEVEDO FIGUEIROA	-	33	33	-	-	
06ª - IVAN WILSON PORTO	-	14	14	-	-	FÉRIAS ENTRE OS DIAS 17 E 31 DE MARÇO.
07ª - NELMA RAMOS MACIEL QUAIOTTI	-	32	32	-	-	
08ª - ITAMAR DIAS NORONHA	03	29	31		01	
09ª - LAÍS COELHO TEIXEIRA CAVALCANTI	-					SUBPROCURADORA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS.
Convocada: Érica Lopes Cezar de Almeida.	-	32	32	-	-	
10ª - IZABEL CRISTINA DE NOVAES DE SOUZA SANTOS	-	32	32	-	-	
11ª - LÚCIA DE ASSIS	01	-	01	-	-	FÉRIAS ENTRE OS DIAS 2 DE MARÇO E 3 DE ABRIL.
Convocado: Clênio Valença Avelino de Andrade	03	-	03	-	-	
12ª - GERALDO DOS ANJOS NETTO DE MENDONÇA JÚNIOR	01	34	34	-	01	UM PROCESSO Nº 0270355-5 (18/11/13) AGUARDANDO REUNIÃO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL E INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS SOBRE O ASSUNTO ZEIS, USUCAPÍAO COLETIVO.
13ª - ANA DE FÁTIMA QUEIROZ DE SIQUEIRA SANTOS	03	33	31	-	05	
14ª - VALDIR BARBOSA JÚNIOR	-	29	29	-	-	FÉRIAS ENTRE OS DIAS 2 DE FEVEREIRO E 3 DE MARÇO.
15ª - THERESA CLÁUDIA DE MOURA SOUTO	-	33	33	-	-	
16ª - JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO FREITAS HENRIQUES	-	18	17	-	01	FÉRIAS ENTRE OS DIAS 18 DE MARÇO E 1 DE ABRIL.
17ª - PAULO ROBERTO LAPENDA FIGUEIROA	-					CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO.
Convocado: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho	01	32	33	-	-	
18ª - FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE	-	32	30	-	02	
19ª - ALDA VIRGÍNIA DE MOURA	-	32	32	-	-	
20ª - SÍLVIO JOSÉ MENEZES DE TAVARES	01	33	33	-	01	
21ª - JOSE ELIAS DUBARD DE MOURA ROCHA	-	32	30	-	02	
TOTAL	16	610	613	0	13	

Recife, 08 de Abril de 2015.

ALDA VIRGÍNIA DE MOURA

Procuradora de Justiça.

Coordenadora da Procuradoria de Justiça Cível em Exercício.

ARTHUR SILVEIRA DO NASCIMENTO

Técnico Ministerial

Núcleo de Controle e Movimentação de Processos da Procuradoria de Justiça Cível.

RELATÓRIO DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL
ABRIL DE 2015

PROCURADORES DE JUSTIÇA	SALDO ANTERIOR	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS	IMPEDIMENTO SUSPEIÇÃO	SALDO ATUAL	OBSERVAÇÕES
01ª - ZULENE SANTANA DE LIMA NORBERTO	-	24	24	-	-	
02ª - LUCIANA MARINHO MARTINS MOTA E ALBUQUERQUE	-	26	26	-	-	
03ª	-					
Convocada: Daiza Maria Azevedo Cavalcanti.	-	23	23	-	-	
04ª - MARIA BETÂNIA SILVA	-	26	26	-	-	
05ª - MARIA BERNADETE MARTINS DE AZEVEDO FIGUEIROA	-	26	26	-	-	
06ª - IVAN WILSON PORTO	-	27	27	-	-	
07ª - NELMA RAMOS MACIEL QUAIOTTI	-	24	24	-	-	LICENÇA-LUTO ENTRE OS DIAS 26 DE ABRIL A 03 DE MAIO.
08ª - ITAMAR DIAS NORONHA	01	-	01	-	-	FÉRIAS DE 01 A 30 DE ABRIL.
09ª - LAÍS COELHO TEIXEIRA CAVALCANTI	-	-	-	-	-	SUBPROCURADORA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS.
Convocada: Érica Lopes Cezar de Almeida.	-	25	25	-	-	
10ª - IZABEL CRISTINA DE NOVAES DE SOUZA SANTOS	-	27	27	-	-	
11ª - LÚCIA DE ASSIS	-	-	-	-	-	FÉRIAS ENTRE OS DIAS 2 DE MARÇO E 3 DE ABRIL. LICENÇA-MÉDICA ENTRE 04 DE ABRIL E 10 DE MAIO.
12ª - GERALDO DOS ANJOS NETTO DE MENDONÇA JÚNIOR	01	23	23	-	01	
13ª - ANA DE FÁTIMA QUEIROZ DE SIQUEIRA SANTOS	05	24	29	-	-	
14ª - VALDIR BARBOSA JÚNIOR	-	25	25	-	-	FÉRIAS ENTRE OS DIAS 2 DE FEVEREIRO E 3 DE MARÇO.
15ª - THERESA CLÁUDIA DE MOURA SOUTO	-	25	25	-	-	
16ª - JOÃO ANTÔNIO DE ARAÚJO FREITAS HENRIQUES	01	25	25	-	01	FÉRIAS ENTRE OS DIAS 18 DE MARÇO E 1 DE ABRIL.
17ª - PAULO ROBERTO LAPENDA FIGUEIROA	-	-	-	-	-	CORREGEDOR-GERAL SUBSTITUTO.
Convocado: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho	-	26	26	-	-	
18ª - FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE	02	25	26	-	01	
19ª - ALDA VIRGÍNIA DE MOURA	-	26	26	-	-	
20ª - SÍLVIO JOSÉ MENEZES DE TAVARES	01	27	27	-	01	
21ª - JOSE ELIAS DUBARD DE MOURA ROCHA	02	26	27	-	01	
TOTAL	13	480	488	0	5	

Recife, 11 de Maio de 2015.

LÚCIA DE ASSIS

11ª Procuradora de Justiça Cível.

Coordenadora da Procuradoria de Justiça Cível.

ARTHUR SILVEIRA DO NASCIMENTO

Técnico Ministerial

Núcleo de Controle e Movimentação de Processos da Procuradoria de Justiça Cível.

Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas

AVISO CMGP Nº 003/2015

A Ilma. Sra. Coordenadora Ministerial de Gestão de Pessoas do Ministério Público, Josyane Silva Bezerra Moraes de Siqueira, no uso de suas atribuições e considerando o desenvolvimento das atividades do Plano de Capacitação do PENUM/MPPE; Considerando a Resolução SGMP nº 001/2015, publicada em 10 de abril de 2015;

RESOLVE:

Informar aos orientadores dos estagiários de nível médio e superior que no dia 19/05/2015 a partir das 14h no auditório do Centro de Defesa da Vida e do Patrimônio Público (1º de Março), haverá uma oficina de capacitação com o tema: "TÉCNICAS DE ARQUIVAMENTO"

Por oportuno, informamos que nesta data os estagiários não retornarão ao local de estágio.
Informações: 3182 - 7338/7325/7344.

Recife, 13 de Maio de 2015

2ª CONVOCAÇÃO VII PENUM/MPPE

Considerando o EDITAL DE INSCRIÇÃO Nº 03/2014 – CMGP, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco no dia 26/11/2014 para realização do VII Processo de Seleção Pública para credenciamento no Programa de Estágio de Nível Universitário e Médio do Ministério Público do Estado de Pernambuco (PENUM/MPPE);

Considerando a resultado final dos aprovados e classificados no certame acima mencionado;

Considerando ainda as desistências bem como novas lacunas em virtude de rescisão ou término de estágio;

Convocamos os candidatos abaixo relacionados, para comparecimento à Sede das Promotorias de cada Circunscrição no prazo de 07 dias úteis para entrega da documentação a partir da data da convocação.

COMISSAO DE SELECAO PUBLICA PENUM/MPPE 2014-2015

PAG 0002/0004/0005
CON2R01.P35 - RELACAO DOS CANDIDATOS(CADASTRO RESERVA) GERAL

06/04/2015

ESTAGIO: **GARANHUNS-MANHA**

INSCRIC	NOME	IDENTIDADE	NOTA	SERIE	ORDEM	DATA DA CONVOCAÇÃO
0003765	FERNANDA PEREIRA DE MELO	9250954	8,0000	1	3	27/04/2015
0002805	NATHÁLIA VALÉRIA DA SILVA MARTINS	9577346	7,5000	2	4	08/05/2015

ESTAGIO: **PALMARES-MANHA**

INSCRIC	NOME	IDENTIDADE	NOTA	SERIE	ORDEM	DATA DA CONVOCAÇÃO
0003708	LUIZ FELIPE DA SILVA SANTOS	9503330	8,0000	2	3	22/04/2015

ESTAGIO: **PETROLINA-MANHA**

INSCRIC	NOME	IDENTIDADE	NOTA	SERIE	ORDEM	DATA DA CONVOCAÇÃO
0003632	CALEBE AUGUSTO NERY MARANHÃO	9616358	7,5000	2	3	27/04/2015
0003260	PEDRO HENRIQUE BEZERRA CARVALHO	8805108	7,0000	2	4	12/05/2015

ESTAGIO: **SERRA TALHADA-MANHA**

INSCRIC	NOME	IDENTIDADE	NOTA	SERIE	ORDEM	DATA DA CONVOCAÇÃO
0003904	FERNANDA CRISTINA MOREIRA SANTOS	8826072	6,0000	2	2	27/04/2015
0003352	JEFFERSON THIAGO DA SILVA SANTOS	9726007	5,5000	2	3	07/05/2015

ESTAGIO: **SERRA TALHADA-TARDE**

INSCRIC	NOME	IDENTIDADE	NOTA	SERIE	ORDEM	DATA DA CONVOCAÇÃO
0003876	MARIA ELISA CORDEIRO ALVES	565959177	8,0000	2	2	27/04/2015
0003465	HEMERSON KRYSTANY SILVA PEREIRA DE SOUZA	8231564	7,0000	2	3	28/04/2015

ESTAGIO: **SALGUEIRO-TARDE**

INSCRIC	NOME	IDENTIDADE	NOTA	SERIE	ORDEM	DATA DA CONVOCAÇÃO
0002962	PEDRO FERNANDO DOS SANTOS JUNIOR	9970718	7,0000	2	3	07/05/2015
0004042	EDJA KELE DA SILVA	9679212	6,5000	2	4	07/05/2015

2ª CONVOCAÇÃO VI PENUM/MPPE

Considerando o Edital de Inscrição CMGP nº 01/2014 para realização do VI Processo de Seleção Pública para credenciamento no Programa de Estágio de Nível Técnico e Universitário do Ministério Público do Estado de Pernambuco (PENUM/MPPE), publicado no DOE em 15/10/2014;

Considerando o aviso CMGP nº 01/2015, publicado no DOE em 07/01/2015, com a relação final dos aprovados no certame acima mencionado e convocação dos aprovados e classificados;

Considerando ainda as desistências bem como novas lacunas em virtude de rescisão ou término de estágio;

Convocamos os candidatos abaixo relacionados, para comparecimento a Divisão Ministerial de Estágio, no prazo de 07 dias úteis, para entrega de documentação a partir da data da convocação.

ADMINISTRAÇÃO - MANHÃ - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
1	025374	WESLEY LOPES DE MORAIS	26/01/2015
2	024351	CAMILA TENÓRIO DO EGITO	02/02/2015
3	025442	DANIEL DE MORAIS FEITOSA	23/02/2015
4	024467	IHORRANA MIRELLA DA SILVA MESQUITA	25/02/2015

ADMINISTRAÇÃO - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
11	025431	VICTOR PESSOA DE MELO GOMES	26/01/2015
12	025323	RENATO BEZERRA BACOVIS LUNA	26/01/2015

ADMINISTRAÇÃO - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
13	024060	CAROLINA CIDREIRA DE LACERDA	26/01/2015
14	024884	MARIA EDUARDA SOUZA DE OLIVEIRA SOARES	09/02/2015
15	025515	ALLANA CALDAS MOTA BARROS	10/02/2015
16	025571	JULIANA KARINA COSTA MELO	20/02/2015
17	024338	RODRIGO CÉSAR DE OLIVEIRA RIBEIRO	10/03/2015
18	025218	OLGA CRISTIANE MARINHO DE BRITO	07/04/2015
19	023846	ITALO NOGUEIRA GOMES RIBEIRO	22/04/2015
20	025308	IZABELE EROINA BATISTA DA SILVA	24/04/2015
21	024346	WAGNER VIDAL XAVIER DA SILVA	24/04/2015
22	024304	JUAREZ MARINHO DE CARVALHO NETO	08/05/2015

ARQUITETURA - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
4	024412	BEATRIZ DE ARAUJO LIMA JERONYMO	23/01/2015
5	024651	HELOÍSA LEITE DE ARAÚJO MARQUES	11/02/2015
6	024783	PEDRO VITORINO CAMELO DE FREITAS	11/03/2015

BACHARELADO EM HISTÓRIA - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
1	024572	RENAN MOURA DE FREITAS	23/01/2015

BIBLIOTECOMIA - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
1	025530	AMANDA DE OLIVEIRA SILVA	16/04/2015

CIÊNCIAS CONTÁBEIS - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
1	024661	DANIELA BORGES HENRIQUES DANTAS	23/01/2015
2	024712	CLARISSA PADILHA BARBOSA	23/01/2015
3	024817	JONATAN TIMOTHY BANDEIRA E SILVA	30/01/2015

ENGENHARIA CIVIL - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
5	024461	JUSCELINO ARNAUD DE OLIVEIRA SOUZA ALVES	20/02/2015
6	025487	FILIPE TORRES PONTES	10/03/2015
7	024415	REBECA VALGUEIRO TEIXEIRA	26/03/2015
8	025443	PEDRO AUGUSTO MENDES DE FREITAS	27/03/2015

ESTATÍSTICA - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
1	023980	RUBEN VIVALDI SILVA PESSOA	27/03/2018

JORNALISMO - MANHÃ - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
1	025031	VINÍCIUS MARANHÃO MARQUES DE MELO	09/02/2015
2	025476	GEISE GOMES DE ARAUJO	27/03/2015

JORNALISMO - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
3	023968	REBECA CAVALCANTI DE CARVALHO	23/01/2015
4	025453	VANESSA MICHELE DA SILVA	23/01/2015

PSICOLOGIA - MANHÃ - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
2	024758	CAROLINA MESSEDER VASCONCELLOS	02/03/2015

PSICOLOGIA - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
1	024497	THAÍS GOMES PINTO RIBEIRO	02/03/2015
2	024044	GABRIELA KRYSIA GOMES SANTOS	23/01/2015
3	024102	MARIANNA PIMENTEL ESTEVÃO DE SOUZA	23/01/2015
4	024322	MARYANA KARLLA PENHA DE ARAÚJO	23/01/2015

PUBLICIDADE E PROPAGANDA - TARDE - Promot. de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
1	025602	MARIA EDUARDA ROCHA DE LUCENA E MELLO	23/01/2015

SERVIÇO SOCIAL - MANHÃ - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
6	024084	MAGDA CRISTINA MARIZ MEIRA	03/03/2015

SERVIÇO SOCIAL - TARDE - Promotorias de Justiça da Capital e Região Metropolitana do Recife

Classificação	Insc.	Nome	Data da Convocação
1	024330	JOÃO WEVERTON DIEGO NEGREIROS DE ALMEIDA	23/01/2015
2	024620	DAYANE MARIA DA SILVA	23/01/2015
3	025540	THAMIRIS PAZ SOARES SILVA	23/01/2015
4	023874	NATÁLIA RAMOS DA SILVA	23/01/2015
5	025539	THAÍS PAZ SOARES SILVA	23/01/2015
6	024239	PRISCILA DA SILVA RODRIGUES BEZERRA	23/01/2015
7	024980	ISLA ALMEIDA DE ANDRADE	26/01/2015
8	025299	JEDEANE COSTA RODRIGUES	19/02/2015
9	025516	LILIAN DE LIMA ESPINDOLA	19/02/2015



Antes de entrar no elevador, espere as pessoas saírem primeiro. Mostre cordialidade.



A prática frequente de ações de gentileza influi na felicidade, no bem-estar e na saúde das pessoas, tanto para quem as pratica quanto para quem as recebe.

Faça da gentileza um hábito e o ganho será de todo o MPPE.

